

Ondas de medo: o rio Parnaíba e os surtos de doenças relacionadas à água em Teresina-PI (1889-1930)

Waves of fear: the Parnaíba River and water-related disease outbreaks in Teresina-PI (1889-1930)

Ondes de peur: le fleuve Parnaíba et les épidémies de maladies liées à l'eau à Teresina-PI (1889-1930)

Danielle Filgueiras Santos

Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Teresina, Piauí, Brasil.
daniellefilgueiras@outlook.com

Joseanne Zingleara Soares Marinho

Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), docente do Mestrado Profissional em Ensino de História-ProfHistória/UESPI e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). Teresina, Piauí, Brasil.
joseannemarinho@cchl.uespi.br

Resumo

Esse trabalho objetiva analisar as condições de saúde e doença no cotidiano das populações beira-rio Parnaíba, em Teresina-PI, durante o período compreendido entre 1889 e 1930. Nesse momento, o Brasil experimentou mudanças significativas ao transitar de um regime monárquico para uma república. Os estados ganharam mais autonomia para solucionar problemas internos, como a questão da saúde. Entretanto, no contexto piauiense, a mudança política não resultou automaticamente em melhorias nesse setor. Os moradores das cidades do Piauí, inclusive da capital, se deparavam com serviços de saúde deficitários e se encontravam suscetíveis a várias doenças, dentre elas, as veiculadas pela água. Em Teresina, as moléstias gastrointestinais, como as diarreias, a disenteria e a gastroenterite, e as enfermidades decorrentes da picada de mosquitos que se proliferavam nos corpos d'água presentes nas ribanceiras eram comuns e faziam muitas vítimas entre os ribeirinhos. Essas discussões baseiam-se na análise de fontes primárias disponibilizadas pelo Arquivo Público do Piauí, que consistem principalmente em mensagens e relatórios governamentais, de 1889 a 1930, e documentos da Coleção Saúde Pública, da primeira metade do século XX. Para nortear as argumentações, foram consultadas autoras como Marinho (2018), Correia (2021) e Gandara (2010). Ao investigar os surtos de doenças em Teresina, entre 1889 a 1930, o presente artigo busca contribuir com a compreensão das complexas relações entre sociedade e saúde, através de uma análise histórica e interdisciplinar que se alinha à proposta do Dossiê One Health: novas abordagens históricas em contexto de COVID-19.

Palavras-chave: História, Saúde, doenças, Rio Parnaíba, Teresina.

Abstract

This work aims to analyze the health and disease conditions in the daily lives of the riverside populations of the Parnaíba River in Teresina, Piauí, during the period from 1889 to 1930. At this time, Brazil underwent significant changes as it transitioned from a monarchical regime to a republic. States gained more autonomy to address internal issues, such as health concerns. However, in the context of Piauí, the political change did not automatically lead to improvements in this sector. Residents of Piauí cities, including the capital, faced deficient health services and were susceptible to various diseases, including those transmitted through water. In Teresina, gastrointestinal diseases such as diarrhea, dysentery, and gastroenteritis, as well as illnesses resulting from mosquito bites that proliferated in the bodies of water along the riverbanks, were common and claimed many victims among the riverside population. These discussions are based on the analysis of primary sources provided by the Public Archive of Piauí, primarily consisting of government messages and reports from 1889 to 1930, as well as documents from the Public Health Collection from the first half of the 20th century. To guide the arguments, authors such as Marinho (2018), Correia (2021), and Gandara (2010) were consulted. By investigating disease outbreaks in Teresina from 1889 to 1930, this article seeks to contribute to the understanding of the complex relationships between society and health through a historical and interdisciplinary analysis aligned with the proposal of the One Health Dossier: new historical approaches in the context of COVID-19.

Keywords: History, Health, diseases, Parnaíba River, Teresina.

Résumé

Ce travail vise à analyser les conditions de santé et de maladie dans le quotidien des populations riveraines du Parnaíba, à Teresina-PI, au cours de la période allant de 1889 à 1930. À ce moment-là, le Brésil a connu des changements significatifs en passant d'un régime monarchique à une république. Les États ont gagné plus d'autonomie pour résoudre les problèmes internes, tels que la question de la santé. Cependant, dans le contexte piauiense, le changement politique n'a pas automatiquement entraîné des améliorations dans ce secteur. Les habitants des villes du Piauí, y compris de la capitale, étaient confrontés à des services de santé déficitaires et étaient susceptibles de contracter diverses maladies, notamment celles véhiculées par l'eau. À Teresina, les affections gastro-intestinales telles que les diarrhées, la dysenterie et la gastro-entérite, ainsi que les maladies résultant des piqûres de moustiques proliférant dans les cours d'eau des rives, étaient courantes et faisaient de nombreuses victimes parmi les riverains. Ces discussions sont basées sur l'analyse de sources primaires fournies par les Archives publiques du Piauí, principalement des messages et des rapports gouvernementaux de 1889 à 1930, ainsi que des documents de la Collection de santé publique de la première moitié du XXe siècle. Pour guider les arguments, des auteurs tels que Marinho (2018), Correia (2021) et Gandara (2010) ont été consultés. En examinant les épidémies de maladies à Teresina entre 1889 et 1930, cet article cherche à contribuer à la compréhension des relations complexes entre la société et la santé, à travers une analyse historique et interdisciplinaire qui s'aligne sur la proposition du Dossier One Health : nouvelles approches historiques dans le contexte de la COVID-19.

Mots-clés: Histoire, Santé, maladies, fleuve Parnaíba, Teresina.

1. Introdução

Essa pesquisa insere-se no âmbito da História da Saúde e das Doenças, que está ativo no Brasil desde 1980 e tem fomentado uma ampla gama de estudos acadêmicos na área de história sobre as interações entre doença, saúde e sociedade [1]. Como pontuaram Revel e Peter [2:144], "A doença é quase sempre um elemento de desorganização e de reorganização social". Nesse sentido, sob o crivo da História, as enfermidades não são analisadas somente por meio de seu caráter natural e biológico. Considerando as reverberações dessas patologias, elas são concebidas como representações sociais, pois são percebidas e sentidas de formas distintas em

diferentes épocas e sociedades [3]. Isso significa que são mais que a consequência da interação entre o agente patológico, o ser humano e o meio ambiente, são construções sociais. Tal concepção foi denominada de dimensão social da doença [4].

Essa perspectiva lança luz sobre os desafios enfrentados por Teresina, capital do estado do Piauí, durante a Primeira República, quando a situação da saúde foi marcada por diversos problemas e adversidades que dificultaram sua estruturação e ocasionaram impactos negativos na vida de seus moradores, sobretudo, dos que moravam nas beiras do rio Parnaíba, haja vista a existência de uma variedade de doenças que poderiam estar relacionadas com a água, seja pelo consumo, pelo contacto ou pela presença de insetos que proliferavam por meio do líquido. Tais moléstias causaram transtornos para os teresinenses, elevando as taxas de mortalidade e de convalescência na cidade.

Partindo desses aspectos, foram traçadas as seguintes questões que nortearam as discussões aqui realizadas: quais os impactos da presença do rio Parnaíba e dos demais espaços líquidos presentes nas suas margens, na situação da saúde pública em Teresina durante a Primeira República? E quais as implicações das doenças relacionadas com a água na vida dos beiradeiros teresinenses? Assim, o presente artigo visa analisar as condições de saúde e doença no cotidiano das populações ribeirinhas de Teresina, capital do Piauí, considerando a interação desses moradores com o rio Parnaíba no período compreendido entre 1889 e 1930.

A discussão parte da observação da situação da saúde pública durante o período mencionado, tendo em vista os impactos que a ausência de um sistema estruturado ocasionou na população de Teresina e, principalmente, nos moradores beira-rio Parnaíba que eram pobres, marginalizados e desprovidos de recursos e de meios de proteção contra as doenças, para então perceber as principais moléstias que afligiam teresinenses e que possuíam relação direta ou indireta com as águas do rio. A documentação analisada consistem principalmente em mensagens e relatórios governamentais, datados do período entre 1889 e 1930, que estão disponíveis no Arquivo Público do Piauí e no site da Biblioteca Nacional, e relatórios da Diretoria de Saúde Pública alocados nas caixas da Coleção Saúde Pública, também dispostas no Arquivo Público do Piauí e correspondentes à Primeira República. O embasamento da discussão deu-se a partir de obras de autoras como Marinho [5], Correia [6] e Gandara [7]. Cabe realçar que estas pesquisas e discussões foram iniciadas durante a graduação em His-

tória na Universidade Estadual do Piauí-UESPI, onde foram realizadas duas pesquisas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC [8,9], além do trabalho monográfico [10], todos sob orientação de Joseanne Marinho. As investigações empreendidas para a construção desses trabalhos viabilizaram a compreensão em termos gerais do contexto da saúde e das doenças na capital piauiense.

2. A situação da saúde em Teresina durante a Primeira República

As cidades desenvolvem-se frequentemente às margens de rios devido à atração que esses corpos d'água exercem sobre a sociedade. Ao estabelecer-se nas ribanceiras, essas urbes aproveitam naturalmente os recursos oferecidos pelos cursos fluviais [11]. O Estado do Piauí está predominantemente situado na Região Hidrográfica Parnaíba, cujos limites territoriais são demarcados pelo Oceano Atlântico ao Norte, o Estado da Bahia ao Sul, o Ceará a Leste e o Maranhão a Oeste. O seu principal rio, o Parnaíba, não só dá nome à região hidrográfica, mas também estabelece os limites entre o Maranhão e o Piauí [12]. Foi nas margens desse importante curso fluvial que a segunda capital piauiense foi estabelecida.

A configuração geográfica de Teresina, assim batizada em homenagem à Imperatriz Teresa Cristina, proporcionou ao território uma série de lagoas, lagos, córregos, riachos e outros corpos fluidos [13]. Mas, o rio Parnaíba, com seus 1.485 km, aproximadamente, se destacou, principalmente, em razão da navegação a vapor. A exportação de produtos extrativistas, sobretudo a borracha da maniçoba, a cera da carnaúba e o coco babaçu, eram as principais fontes de receita do Estado [14]. Diariamente, visitantes, estrangeiros e pessoas consideradas importantes para a sociedade da época adentravam a cidade pelos portos fluviais, por isso Teresina buscava meios de assegurar a salubridade e a higiene dos espaços públicos, considerados essenciais para uma cidade moderna [10].

A sessão do relatório de governo sobre as condições de saúde e doença no Piauí, referente aos últimos anos da monarquia no Brasil, declarou logo no início que “Não [era] satisfatório o estado sanitario da província” [15:39]. Essa constatação já havia sido feita em vários outros momentos durante o período imperial, quando

as doenças de caráter endêmico e epidêmico flagelaram os piauienses e fizeram vítimas fatais em diversas localidades da Província, incluindo Oeiras, que foi a capital da província até 1852. O socorro ficava a cargo da Santa Casa de Misericórdia de Teresina, que era o hospital filantrópico que prestava assistência, sobretudo, à população pobre e atuava em condições precárias [16].

Apesar de atender de forma particular os membros da parcela mais abastada da sociedade teresinense, a maior parte dos hospitalizados na Santa Casa era composta pelos chamados indigentes e desclassificados¹, que também compunham a maior parte dos habitantes de Teresina [17]. Desde a fundação da cidade havia um esforço no sentido de limpar e afastar esses grupos dos locais mais frequentados pelas elites, que eram as ruas do centro, as praças, as portas dos templos católicos, o Mercado Público, entre outros espaços. Assim, as zonas mais afastadas e as beiras do rio Parnaíba passaram a ser ocupadas por pessoas em situação de vulnerabilidade, que eram consideradas um risco à salubridade e higiene da capital [18].

Conforme Marinho [5], com a instalação da República, em 1889, os governantes piauienses sentiram-se mais à vontade para proferir críticas ao período imperial, denunciando a situação de pobreza em que se encontrava a maior parte dos piauienses e a dependência que o Estado tinha das verbas federais. Ademais, o novo regime conferiu espaço para que as atribuições do governo central e dos estaduais a respeito das endemias e epidemias que assolavam a nação fossem redefinidas, o que foi efetivado por meio da Constituição Federal de 1891 [19]. Esperava-se com a vigência do novo modelo de governo que a situação do país fosse profundamente alterada através dos trabalhos que seriam empreendidos nas unidades federativas. Com isso, a República foi elevada ao nível mais alto da modernidade, ao passo que a pretensão era de que a Monarquia, e tudo que lembrava ela, fosse relegada ao esquecimento. Mas, no decorrer das primeiras décadas do regime republicano, os anseios foram sendo frustrados, haja vista que o total despreparo e desconhecimento dos sistemas que envolviam a democracia ocasionaram uma série de problemas a nível nacional, que afetaram também os estados [20].

A esperança de libertação do estereótipo de atraso e da ignorância estendeu-se para os piauienses que almejavam ansiosamente pelo progresso e desenvolvimento do estado, mas a instabilidade política que o país viven-

¹ As pessoas sem recursos financeiros para custear os tratamentos de saúde e que recorriam aos serviços gratuitos prestados nos hospitais filantrópicos eram chamadas de indigentes [17]. Desclassificados, por sua vez, eram aqueles que não tinham condições mínimas de assegurar sobrevivência e viviam em situação de rua, como cegos, pessoas com deficiência, idosos, doentes, mulheres, jovens e crianças [18:89].

ciava desencadeou uma crise no Piauí, posto que o sistema agroexportador foi atingido com a retenção de verbas [21]. Os serviços de saúde encontravam-se em situação semelhante, visto que não existia uma organização administrativa da Diretoria de Saúde Pública, criada em 1898, para atuação no estado [22]. Assim, a assistência continuava sendo atribuída aos “[...] inestimáveis serviços à população desprotegida [prestados pelo] Hospital da Santa Casa de Misericórdia” [23:6]. Embora em 1920 tenha ocorrido a instalação dos primeiros postos direcionados às doenças infectocontagiosas, não era possível afirmar a existência de um sistema de saúde pública, nem mesmo a nível de Piauí, durante o período da Primeira República [5]. O lamento pela situação em que se encontrava o Estado em termos de saúde pública foi expresso pelos próprios governadores da época, como é possível notar a partir do trecho a seguir:

Não temos serviço de saúde pública: o que há entre [nós] com este nome, é cousa tão embryonária, imperfeita, destituída de utilidade prática, que melhor fôra, se não existisse. Reorganizar, ou melhor, crear este ramo de serviço publico constitue, pois, uma das nossas reaes necessidades. [24:17-8].

A declaração foi feita por Eurípedes de Aguiar, Governador do Piauí entre 1916 e 1920, ao tratar do quadro de saúde no território piauiense. O cenário alarmante era evidente, especialmente diante do advento do movimento sanitário, que destacou nas décadas de 1910 e 1920 os efeitos negativos das doenças nas comunidades e apresentou alternativas de combate e contenção. Acreditava-se que a doença transmissível era capaz de moldar a sociedade [25]. Dessa forma, os governadores piauienses apregoavam que era “[...] tempo de tentarmos algum esforço no sentido de melhorar a nossa situação sanitária, organizando uma campanha bem orientada, contra as principais endemias que nos flagellam, isto é, contra o paludismo e as verminoses” [26:44].

Nota-se, com isso, que a falta de assistência hospitalar era elencada como um dos grandes obstáculos para a garantia da qualidade de vida dos piauienses. Essa conjuntura fez com que doenças atualmente consideradas

de menor complexidade, como as que resultam em diarreia ou febre, se constituíssem como verdadeiros flagelos. Entretanto, alterações mais notáveis na saúde pública só foram empreendidas a partir de 1930, quando pela primeira vez os interesses médicos e políticos coincidiram e o Piauí passou a contar com um plano de desenvolvimento que foi favorecido e viabilizado pelo advento de uma fase de prosperidade econômica [5].

3. Mazelas de uma capital beira-rio: as doenças relacionadas com a água em Teresina

Embora Teresina fosse cidade-capital, no decorrer da Primeira República, a urbe foi marcada pela pobreza, falta de infraestrutura, crises financeiras, que juntamente com a incidência das variadas moléstias, dificultavam a vida dos que residiam na cidade. Nesse contexto, surgiam com certa frequência moléstias que possuíam relação com a água, também chamadas de doenças de veiculação ou transmissão hídrica, transmitidas principalmente através da ingestão, a inalação ou aspiração ou do contato com protozoários, bactérias, vírus e substâncias químicas propagadas pela água [27]. Dentre as mais conhecidas se encontram o cólera, a febre tifoide², disenterias³, leptospirose⁴ e hepatite A⁵.

Assim como ocorria noutras regiões ribeirinhas, a água consumida pelos beiradeiros teresinenses era proveniente de fontes naturais, e muitas vezes a coleta do líquido no rio Parnaíba era realizada pelos próprios membros das famílias ou adquirida através dos serviços dos cargueiros d’água [10]. Os beiradeiros que residiam nas margens parnaibanas dependiam do rio para a realização de tarefas rotineiras, como cozinhar, saciar a sede e cuidar dos animais. Tais práticas os expunha a uma variedade de agentes patogênicos.

As moléstias relacionadas com a água mais recorrentes em Teresina durante a Primeira República eram geralmente as ocasionadas por meio do consumo. Foram identificados episódios de doenças gastrointestinais, como as gastroenterites e as disenterias, o que pode estar relacionado com o facto de que nesse período a cidade não contava com mecanismos de tratamento e descontaminação do líquido a ser ingerido. O serviço

² A Febre Tifoide é uma moléstia bacteriana aguda ocasionada pela *Salmonella* enterica sorotipo Typhi. A doença se manifesta principalmente em locais de baixos níveis socioeconômicos, que se configuram geralmente em regiões com precárias condições de saneamento básico, higiene pessoal e ambiental. Quando não tratada adequadamente, pode levar o enfermo à óbito [29].

³ Considera-se quadros de disenteria os casos em que a diarreia provoca dor e apresenta muco e sangue nas fezes [30].

⁴ Trata-se de uma doença infecciosa febril aguda transmitida por meio da exposição direta ou indireta à urina de animais, sobretudo de ratos, infetados pela bactéria *Leptospira* [31].

⁵ De acordo como Ministério da Saúde, a “[...] transmissão da hepatite A é fecal-oral (contato de fezes com a boca). A doença tem grande relação com alimentos ou água inseguros, baixos níveis de saneamento básico e de higiene pessoal” [32].

de encanamento só começou a ser empreendido em 1906 e alcançou apenas uma parcela ínfima da população, que não incluía as zonas periféricas [5]. Por isso, a ingestão ou mesmo o contacto com as águas infetadas e a proximidade com os criadouros de mosquitos poderia trazer consequências funestas, fazendo com que “gastro-enterites” constassem entre “[...] as causas mais frequentes dos obitos” [28:16].

As enfermidades gastrointestinais, como a referida gastroenterite, acometiam sobretudo as crianças, sendo as de famílias pobres as mais atingidas, pois muitos não tinham condições de manter uma dieta balanceada e ofereciam aos filhos pequenos uma alimentação com ingredientes que já eram consumidos pelos adultos. Os mingaus de farinha que as mães ofereciam às crianças com o próprio dedo são exemplos disso. Eles eram uma mistura de variados tipos de farinha com leite ou mesmo com água, geralmente, coletada no rio Parnaíba [17].

Quando as crianças adoeciam, as dificuldades de conseguir assistência hospitalar fazia com que fosse comum que as famílias apenas aguardassem a melhora da situação de saúde ou recorressem aos tratamentos alternativos, que poderiam até agravar o estado clínico [5]. Isso tudo fazia com que a “[...] mortalidade das crianças [fosse] também exageradíssima em Theresina” [28:16]. Todavia, mesmo na fase adulta, as moléstias do aparelho gastrointestinal, como as diarreias e a disenteria, continuavam constituindo uma ameaça real ao indivíduo, principalmente para os ribeirinhos. Isso porque as regiões beira-rio costumavam ser locais desprovidos de assistência hospitalar, economicamente empobrecidos, carentes de infraestrutura básica, como serviço de saneamento, o que, por conseguinte, os tornava lugares insalubres [9].

Os dados fornecidos pelo registo civil e apresentados no relatório governamental de 1924, escrito pelo Governador João Luiz Ferreira, evidenciam ainda mais a periculosidade dessas enfermidades. Em 1923, morreram 467 pessoas em Teresina, sendo 230 homens e 337 mulheres, e desse total, 217 ainda estavam na fase da infância. Dentre as principais causas dos óbitos, sobressaem-se “[...] as moléstias do aparelho respiratório, seguindo-lhes as do aparelho gastro intestinal e outras, inclusive o paludismo sob diversas formas” [33:10-11]. A diferenciação entre homens e mulheres pode indicar diferentes padrões de exposição ou suscetibilidade às doenças, ao passo em que os dados reafirmam a vulnerabilidade das crianças a esse tipo de patologia.

Ademais, segundo o Centro de Vigilância Epidemiológica de São Paulo, “[...] incluem-se também na lista de doenças de transmissão hídrica, aquelas causadas por

insetos que se desenvolvem na água” [34:1]. Nesse sentido, expande-se o leque de patologias que vitimavam os teresinenses, podendo ser considerados o impaludismo e outras febres. Os mosquitos atuam como vetores para diversos agentes patogénicos, sendo responsáveis pela propagação de doenças como malária e febre amarela, que incidiram em Teresina entre o final do século XIX e início do XX. As enfermidades ocasionadas por esses insetos podem variar em gravidade, apresentando desde sintomas mais leves até quadros irreversíveis. Logo, a prevenção era requisito fundamental nas medidas de controlo dessas patologias. Cuidados como o uso de mosquiteiros e telas nas janelas, a eliminação de criadouros de mosquitos e, ocasionalmente, a vacinação, eram estratégias importantes para reduzir a incidência dessas enfermidades [35].

Algumas fontes apontam que as zonas secas foram consideradas mais salubres que as margens dos rios durante a Primeira República. Provavelmente, isso ocorreu em razão da escassez de locais favoráveis à proliferação de mosquitos transmissores de doenças, como o impaludismo, que era a principal preocupação do Piauí nesse momento:

É sabido que no Piauí só são salubres as terras secas as chapadas altas, regiões muito pobres, estereis e quase desprovidas d’água. Não oferecendo os terrenos seccos condições favoráveis á vida do homem, a nossa população se concentra nas terras frescas, situadas á margem dos rios, nas proximidades das lagoas e brejos, propícios a lavoura e á criação de gado, mas que são todas doentias, flageladas pelo impaludismo [24:18].

Na verdade, tal moléstia se encontrava na lista de doenças apontadas pelos sanitaristas como estagnadoras do progresso nacional. Os médicos Neiva e Penna estiveram visitando o Piauí em 1912, em função das expedições empreendidas na segunda fase do movimento sanitarista, que se deu nas décadas de 1910 e 1920. Penna, que era líder da Liga Pró-Saneamento do Brasil, chamou de trindade maldita as três doenças que mais atingiam os sertanejos: a opilação, ou amarelão; o mal de Chagas; e o impaludismo, ou malária. Dentre as três, conferiu destaque ao impaludismo, classificando-o como o pior flagelo das áreas secas [36].

Outras doenças que possuíam relação com os rios foram mencionadas nos relatórios da Diretoria de Saúde Pública que tratam do Termo de inspeção e saúde dos funcionários, de 1915 e 1916, e no Livro de atas

e inspeção de saúde, de 1928 [37,38,39]. Dentre elas, chama a atenção o caso da hepatite. Não foi especificado, contudo, o tipo da patologia e considerando que a mesma pode ser causada por vários outros fatores, além da ingestão de água contaminada como ocorre com a hepatite A, não é possível afirmar que se tratava de um episódio de moléstia de transmissão hídrica. Todavia, em 1918, a senhora Alzira de Castro e Silva, que era uma professora normalista da escola isolada⁶ localizada na capital, foi diagnosticada com hepatite palustre [40]. Foram concedidos seis meses de licença para o seu restabelecimento. Em 1920, a hepatite palustre aparece novamente, tendo sido desta feita o senhor Raymundo Mendonça vítima da doença [26].

O termo hepatite palustre pode indicar uma condição hepática especificamente associada a áreas alagadiças, o que sugere uma possível relação com condições ambientais. Essa percepção esteve presente entre as pesquisas médicas, como apontou Ennes [41] em sua dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto, onde destacou que as concepções médicas em torno da referida doença, não apenas a vinculou ao clima, mas também a associou diretamente ao impaludismo e às disenterias. Essas teses, contudo, foram sendo derrubadas na medida em que se aprofundaram os estudos a respeito da patologia em questão.

Além da hepatite, noutros registos piauienses apareceram moléstias classificadas apenas como infecções palustres, mas que foram diretamente relacionadas com a presença de corpos d'água, como foi o caso do senhor José Aguiar, que sofria de uma infecção palustre crônica possivelmente adquirida nas margens dos rios do Estado, conforme o relatório da Diretoria de Saúde Pública de 1921 [43]. Os documentos apontam, portanto, para a vinculação das doenças com os espaços líquidos, haja vista que etimologicamente a palavra palustre é referente às regiões baixas e suscetíveis ao acúmulo e estagnação de água, ou seja, locais pantanosos ou com presença de lagos e lagoas.

Tais informações fornecem uma visão mais delimitada da experiência particular de alguns indivíduos que acabaram sendo acometidos por doenças específicas e em diferentes momentos no decorrer da Primeira República. Contudo, por meio dos dados apresentados também é possível estender o olhar para os desafios enfrentados pelos teresinenses que viviam em áreas propensas ao aparecimento de doenças, fossem elas adquiridas por

meio da ingestão ou transmitidas por vetores, e como essas condições poderiam implicar na situação da saúde da capital como um todo, provocando impactos na qualidade de vida dos seus moradores e, sobretudo, dos ribeirinhos.

4. Conclusões

As reflexões sobre as condições de saúde e doença no cotidiano das populações beira-rio Parnaíba, aqui apresentadas, convergem com a proposta do Dossiê ao integrar perspectivas de história social, ambiental e urbana no contexto teresinense durante o período estipulado. No decorrer da análise foi possível verificar que a localização geográfica de Teresina, situada nas margens de um grande rio, trouxe vantagens e desvantagens para seus moradores. Os teresinenses que dependiam do caudaloso curso fluvial para realizar tarefas rotineiras ou profissionais, tinham contacto direto com as águas e, muitas vezes, residiam nas beiras do rio. Esses locais eram considerados insalubres e costumavam viabilizar a aquisição de gastroenterites, desinterias, diferentes tipos de febres e impaludismo. Dentre as vítimas, sobretudo das doenças gastrointestinais, encontrava-se um elevado número de crianças, haja vista que a infância se constitui como uma fase de maior vulnerabilidade do ser humano.

Durante a Primeira República a estrutura de saúde no Piauí foi marcada por insuficiências. As condições sanitárias da capital eram inadequadas e a assistência hospitalar conferida era precária. Sendo criada para ser a sede administrativa da Província, os esforços voltados à saúde se concentravam em Teresina, embora, até ao final da década de 1920, as iniciativas em torno do setor ocorressem de forma muito vagarosa. Foi somente a partir de 1930 que o estado assumiu a responsabilidade da saúde pública. Antes disso, a ausência de instituições hospitalares, a insuficiência de profissionais da saúde e a falta de políticas públicas efetivas eram amenizadas através da filantropia, mesmo que de forma bastante deficitária.

Por mais que as tentativas de afastamento do quadro de pobreza não tivessem sido poucas, os resultados não eram condizentes com o que se esperava. As medidas dos poderes públicos para isolar o Centro de sinais de pobreza, foram atravessadas pelos moradores que continuavam circulando na área central da ci-

⁶ As escolas isoladas eram “[...] divididas em turnos diferenciados e turmas mistas ou separadas por sexo, em um mesmo prédio específico, o qual não precisava ser construído especialmente com a finalidade de ensino”, sendo as aulas ministradas por apenas uma professora. [42:29].

dade, dormindo nos bancos das praças, nas esquinas das ruas mais elitizadas. A presença dessas pessoas era considerada um fator de risco à saúde populacional e à salubridade dos espaços urbanos. Além disso, o transitar dos indigentes e dos desclassificados era um indício de que a cidade ainda permanecia presa aos moldes do período monárquico e, portanto, distanciada do que se considerava moderno.

Agradecimentos

Este estudo foi possível graças aos recursos fornecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal

de Nível Superior – CAPES e ao acolhimento e suporte indispensáveis do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil e da Universidade Federal do Piauí, aos quais expresso sincera gratidão. De igual modo, agradeço à Professora Dr.^a Joseanne Marinho pela inestimável orientação concedida ao longo da minha jornada acadêmica, pela sua dedicação exemplar à profissão e por sempre se fazer presente.

Conflitos de interesse

Os autores declaram que não existem conflitos de interesse relacionados com o presente artigo.

Bibliografia

- Hochman G, Teixeira LA, Pimenta TS. História da saúde no Brasil: uma breve história. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto(org.). História da Saúde no Brasil. São Paulo: Hucitec; 2018.
- Revel J, Peter JP. O corpo: o homem doente e sua história. In: Le Goff J, Nora P. História: novos objetos. 4ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1995.
- Nascimento DR, Carvalho DM. Uma história brasileira das doenças. Brasília: Paralelo 15; 2004.
- Nascimento DR. As Pestes do Século XX: tuberculose e Aids no Brasil: uma história comparada. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005.
- Marinho JZS. “Manter Sadia a Criança Sã”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. 1 ed. Jundiá: Paco Editorial; 2018.
- Correia CV *et al.* Doenças de veiculação hídrica e seu grande impacto no Brasil: consequência de alterações climáticas ou ineficiência de políticas públicas? Brazilian Medical Students Journal. 2021; 5 (8). [não paginado].
- Gandara GS. Rio Parnaíba... Cidades-beira. Teresina: EDUFPI; 2010.
- Santos DF, Marinho JZF. Os Postos de Puericultura no Piauí: Estado, filantropia e médicos na atuação da saúde materno-infantil (1946-1959). Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC (Licenciatura Plena em História). Teresina: Universidade Estadual do Piauí. Teresina; 2019.
- Santos DF, Marinho JZS. As águas levadas pelo rio Parnaíba: urbanização, sociabilidades e saúde no cotidiano das embarcações e das populações ribeirinhas de Teresina (1930-1970). Relatório final do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC (Licenciatura Plena em História). Teresina: Universidade Estadual do Piauí; 2020.
- Santos DF. “Rio abaixo, rio arriba”: a modernização de Teresina nas águas do Parnaíba (1858-1947). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História). Teresina: Universidade Estadual do Piauí – UESPI; 2021.
- Fonseca W. Os rios e a vida: percepções para uma educação ambiental. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Rio Grande, 2017; 34 (2):136-155.
- Agência Nacional das Águas. Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: as regiões hidrográficas brasileiras. Edição Especial. Brasília: ANA; 2015
- Caldas C. Malária no Potí Velho – Piauí: relatório de reconhecimento. Revista da Associação Piauiense de Medicina. 1939; 2: 89-100.
- Queiroz T de JM. Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo. Teresina: EDUFPI, 2006.
- Piauí. Governo 1889. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa a 1º de junho de 1889, pelo Dr. Raymundo Arthur de Vasconcellos, Governador do Estado. Teresina: Typ. do “O Piauí”; 1889.
- Piauí, 1871. Relatório lido perante a Assembléa Legislativa da Província do Piauí no acto de sua instalação no dia 1º de julho de 1871 pelo Presidente da mesma, o Exm. Senr. Dr. Manoel do Rego Barros Souza Leão. San’Luiz do Maranhão: Typ. B. Mattos, 1871.
- Marinho JZS. “Manter Sadia a Criança Sã”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. [Tese de Doutorado em História]. Curitiba: Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná; 2017.
- Araújo MMB de. Cotidiano e imaginário: um olhar historiográfico. Teresina: EDUFPI/Instituto Dom Barreto; 1997.
- Santana MCB, Silva RM. Estado de caridade e filantropia: a Santa Casa e o Asilo dos Alienados na assistência médica em Teresina (1889-1909). EMBORNAL - Revista da Associação Nacional de História - Seção Ceará. Fortaleza. 2019; 10 (19): 63-84.
- Carvalho JM de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras; 1987.
- Piauí. Governo 1891. Mensagem lida ao Congresso do Estado do Piauí, em sessão extraordinária pelo Sr. Governador do Estado Dr. Gabriel Luiz Ferreira no dia 7 de novembro de 1891. Teresina: TYP. do “Piauí”; 1891.
- Nery AK de F. Políticas Públicas de Saúde, doenças e medicamentos em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940. [Dissertação de Mestrado em História do Brasil]. Teresina: Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí – UFPI; 2021.
- Piauí. Governo 1904. Mensagem apresentada a Câmara Legislativa a 1º de junho de 1904 pelo Exm. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira, Governador do Estado. Teresina: Typ. do Piauí; 1904.
- Piauí. Governo 1917. Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Euripedes Clementino de Aguiar, Governador do Estado, no Dia 1º de junho de 1917. Teresina: Imprensa Oficial; 1917.
- Hochman G. A era do saneamento: as bases da política de Saúde Pública no Brasil. São Paulo: Hucitec Editora; 2012.
- Piauí, 1920. [Relatório] da Diretoria de Saúde Pública em Teresina em 28 de junho de 1920. Termo de inspeção e saúde dos funcionários. Teresina: [s.n.], 30 jan. 1920. Manuscrito. Localização: Arquivo Público do Piauí, Coleção Saúde Pública.
- Brasil. Ministério da Saúde. Diretriz para atuação em situações de surtos de doenças e agravos de veiculação hídrica [recurso Eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde; 2018.
- Piauí. Governo 1911. Mensagem Apresentada à Câmara dos Deputados pelo Exm. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, Governador do Estado, no Dia 1º de junho de 1911. Teresina: Typ. do Piauí; 1911.
- Ministério da Saúde. Febre tifoide. [2023?]. [Consultado em 07 de outubro de 2023]. Disponível em: <https://encurtador.com.br/InovN>.
- Eurofarma. A diferença entre diarreia e disenteria. 2021. [Consultado em 09 de agosto de 2023]. Disponível em: <https://encurtador.com.br/bmEZ6>.
- Ministério da Saúde. Leptospirose. [2023?]. [Consultado em 07 de outubro de 2023]. Disponível em: <https://encurtador.com.br/dfjmr>.
- Ministério da Saúde. Hepatite A. [2023?]. [Consultado em 07 de outubro de 2023]. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ksEZ5>.
- Piauí. Governo 1924. Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa no Dia 1º de junho de 1924, pelo Sr. Dr. João Luiz Ferreira, Governador do Estado. Teresina: Typ. do Piauí; 1924.
- Centro de Vigilância Epidemiológica de São Paulo. Doenças relacionadas à água ou de transmissão hídrica: perguntas e respostas e dados estatísticos. Informe Técnico. São Paulo; 2009.
- Nery AK de F. O impaludismo/ malária no Piauí: medidas profiláticas e ações terapêuticas para o tratamento entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, 2021; 15 (29): 135-54.

36. Neiva A, Penna B. Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1912; 8 (30): [não paginado].
37. Piauhy, 1915. [Relatório] da Diretoria de Saúde Pública em Theresina em 04 de novembro de 1915. Termo de inspeção e saúde dos funcionários. Theresina: [s.n.], 04 nov. 1915. Manuscrito. Localização: Arquivo Público do Piauí, Coleção Saúde Pública.
38. Piauhy, 1916. [Relatório] da Diretoria de Saúde Pública em Theresina em 23 de agosto de 1916. Termo de inspeção e saúde dos funcionários. Theresina: [s.n.], 23 ago. 1916. Manuscrito. Localização: Arquivo Público do Piauí, Coleção Saúde Pública.
39. Piauhy, 1928. [Relatório] da Diretoria de Saúde Pública em Theresina em 23 de agosto de 1916. Livro de atas e inspeção de saúde, de 1928. Theresina: [s.n.], 23 ago. 1916. Manuscrito. Localização: Arquivo Público do Piauí, Coleção Saúde Pública.
40. Piauhy, 1918. [Relatório] da Diretoria de Saúde Pública em Theresina em 18 de janeiro de 1918. Termo de inspeção e saúde dos funcionários. Theresina: [s.n.], 18 jan. 1918. Manuscrito. Localização: Arquivo Público do Piauí, Coleção Saúde Pública.
41. Ennes IAF. Breve estudo sobre hepatite supurada (a proposito d'um caso clinico). Dissertação Inaugural apresentada a Escola Medico-Cirurgica do Porto. Porto: Imprensa Moderna; 1892.
42. Marinho, JZS. Entre letras e bordados: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949). Iguatu, CE: Quipá Editora, 2021.
43. Piauhy, 1921. [Relatório] da Diretoria de Saúde Pública em Theresina em 18 de fevereiro de 1921. Termo de inspeção e saúde dos funcionários. Theresina: [s.n.], 18 fev. 1921. Manuscrito. Localização: Arquivo Público do Piauí, Coleção Saúde Pública.